

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL AO MERCOSUL: UMA ANÁLISE DOS
FLUXOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL
2008 – 2018

Felipe Nizarala

Florianópolis, 2019

Felipe Nizarala

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL AO MERCOSUL: UMA ANÁLISE DOS
FLUXOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL
2008 – 2018**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Economia do Centro Socioeconômico da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito parcial para a obtenção do Título de
Bacharel em Ciências Econômicas.
Orientador: Prof. Dr. Guilherme de Oliveira

Florianópolis, 2019.

Nizarala, Felipe

Integração econômica do Brasil ao Mercosul : Uma análise dos fluxos de comércio internacional. 2008 - 2018 / Felipe Nizarala ; orientador, Dr. Guilherme de Oliveira, 2019.

44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis,
2019.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Integração Econômica. 3.
Comércio Internacional. 4. Mersosul. I. de Oliveira, Dr.
Guilherme. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Felipe Nizarala na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação desta pesquisa.

Banca Examinadora:

Prof. Guilherme, de Oliveira, Dr.

Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a. Brena Fernandez, Dr.^a.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Milton Biage, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

À minha família.

“Qué aprendió el árbol de la tierra
para conversar con el cielo?”

P. Neruda

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, no meu entendimento, causa primária de todas as coisas. Agradeço pela possibilidade e evoluir como indivíduo e em igual medida, retribuir à sociedade. Aos conhecimentos científicos, tão importantes para a cooperação em prol do desenvolvimento geral. Agradeço aos tantos aprendizados contidos nas sutilezas do cotidiano, nas relações interpessoais tão caras pra mim, e nos aprendizados que só o tempo sabe passar. Agradeço a todas as pessoas que em algum momento compartilharam, ou ainda compartilhem meu caminho. Obrigado.

Em especial agradeço à:

Ana Maria da Cunha Fagundez (Mãe), Milton Nizarala (Pai), Rafaela C. Nizarala de Azevedo (Irmã), Rodrigo de Azevedo (Cunhado), Pedro Nizarala (Sobrinho), Gumercinda Candelária Pereira (Tia-avó), Vera Terezinha (Irmã), Rosa Ángela Blanco Fuente (Mamá), Miguel Antonio Diaz Blanco (Papá), Mili (Hermana), Yuliano (Hermano), Miguel (Hermano), Daniela (Hermana), a los demás “Diaz Blanco”, a Alejandra Galván (Hermana). A todas las amistades por ahí hechas en el intercambio, y para: Alejandro Pamplona, Pamela Dominguez, Manuel Córdova, Ana Zamora, Kevin Carpio, Trinidad Figueroa, Letícia, Felix, Jesus Martinez. A un gran amor que se está construyendo: Marisol Ibarra Acosta. Aos familiares “da Cunha Fagundez”, Martha da Cunha (Tia), Manuel Rosa (Tio), Santiago (Primo), Ana Paula (Prima), Roberto (Tio), Marita (Tia), Edward (Primo), Marcio (Primo), Marilina (Prima), Marilyn (Tia), Federico (Primo), Jorge (Primo) e todos os demais familiares. À Ana Nizarala (Tia), Nadhia Nizarala (Prima), Lucia Nizarala (Prima), Daniela Nizarala (Prima), Jorge Nizarala (Tio), Marco Antonio Nizarala (Primo), Eduardo Nizarala (Primo), Rosario Olivera (Prima) e a todos os demais familiares “Nizarala”. À Sérgio Zazycki, Sergio Mora, Carmen Mora, Sergio Moraes, Benjamin Romero. Aos amigos da infância: Leandro Dutra, Ernesto Dutra, Luciana Bueno, Yasmin Brum, Vinícius Lopes. Aos amigos de Uruguaiiana: Kassio Fernandes, Tadeu, Guilherme, Valquíria, Geandro, Sabrina, Maria Eduarda. Aos amigos: Orlando Marques, Anderson Schulz, Rawy Leal, Lucas Montanari, Maria Fernanda, Veronica, Camila, David, Bruno Fernandes, Jerry Carlos, Adilson Junior, Eduardo, Guilherme, Bruno Rodrigues, Anderson Aguirre, Pedro Fialho. Aos amigos de Bagé: Daniel Colman, João Paulo Barbosa, Gabriel, Jéssica Mattos, Sabrina Cougo, Caio, Monique, Maya Rodrigues, Beatriz Martins. À Rithiane Moraes e a Juliana Silveira. À Juliana Gomes Moreira. Às grandes amizades da juventude: Flavio Fontoura, Fábio Marques, Junior Safons. À Michele Carrasco, Laís Marques, Evandro Muñoz, Dorvalina Fontoura, Luis da Silva, Elza Marques, Mara Leiria. Aos amigos pra sempre: Kelvin Arnez Rodriguez, Jackson Paim Virgili. Aos amigos: Diogo Raimundo Martins, Eduardo, Daniel, Marcelo Ritter, William Ribeiro, Tiago, Luciana Odara, Vanessa Rios, Wagner Batista de Bem, Thaynara Tonolli. Aos amigos: Ilma, Sidney, Mario, Ilze, Frederico Rolla. Aos amigos da unipampa: Dylan Heydt, João Guasso, Rubney Carrion, Alexandre Bras, Bruna Goulart, Rayanne Vieira, Sérgio Sanchez, Fernanda da Rosa, Magde Mustafa, Walleria Medeiros, Marco Bidart, Edilton Borges. Aos professores: Ana Monteiro, Margarete Lopez, Gleicy Vasques, Kalinca Becker, Eduardo Angeli, Ana Luíza Soares, Debora Hoff, Avelar Fortunato, Patricia Roncato, Gustavo Aggio, Juliana Furtado, Pablo Bittencourt, Luiz Carlos de Carvalho, Solange Marin, Gueibi Souza, Francis Petterini, Gregorio Varvakis, Daniel Vasconcelos, Lauro Mattei, Brena Fernandez, Milton Biage e a Guilherme de Oliveira.

RESUMO

NIZARALA, FELIPE. **Integração econômica do Brasil ao Mercosul: uma análise dos fluxos de comércio internacional. 2008 – 2018.** Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019, p. 44.

A institucionalização do bloco econômico Mercosul viabilizou a possibilidade do aumento no fluxo de comércio entre os Estados-parte. Ainda assim, há uma percepção de que o bloco econômico não atingiu seu potencial no campo da integração econômica. Esta pesquisa analisa os fluxos de comércio internacional do Brasil com Argentina, Paraguai, Uruguai e seus correspondentes agregados, no período de 2008 – 2018, com objetivo de identificar o grau de integração econômica do Brasil no Mercosul. Para tanto, estimou-se quatro indicadores econômicos a fim de identificar a ocorrência de mudança estrutural no padrão das exportações, conhecer o padrão de especialização comercial (comércio intraindustrial e comércio interindustrial), e desvelar as vantagens comparativas existente nessas relações comerciais. A utilização de medidas de estatística descritiva possibilitou uma melhor compreensão das relações comerciais do Brasil no Mercosul. Os resultados apontam uma maior integração produtiva entre indústrias de setores que produzem bens com um maior nível de complexidade na produção, a exemplo da indústria de produtos farmacêuticos e farmacológicos, de produtos químicos e seus derivados e a indústria automobilística, reflexo dos acordos de cooperação e coordenação firmados ao longo da história. Ainda assim, de modo geral, o fluxo de comércio do Brasil no Mercosul mostrasse relativamente baixo frente ao comércio exterior total do Brasil. E a tendência observada no transcurso de 2008 a 2018, foi de contração no comércio e desintegração econômica. A heterogeneidade no nível de desenvolvimento das economias que compõe o bloco, assim como, a assimetria na informação entre os agentes envolvidos, aparecem como o desafio a ser superado, para que os benefícios gerados pela integração econômica sejam mais evidentes no desenvolvimento desses países.

Palavras-chave: Integração Econômica. Comércio Internacional. Mercosul.

RESUMEN

NIZARALA, FELIPE. **Integración económica de Brasil al Mercosur: un análisis de los flujos de comercio internacional. 2008 – 2018.** Monografía presentada al curso de Ciencias Económicas de la Universidad Federal de Santa Catarina, 2019, p. 44

La institucionalización del bloque económico Mercosur viabilizó la posibilidad de un incremento en los flujos de comercio entre los Estados-parte. La percepción general, es que el bloque económico aún no logró el manejo eficiente de sus potencialidades en términos de integración económica. Esta investigación se plantea analizar los flujos de comercio internacional de Brasil con Argentina, Paraguay y Uruguay, conjuntamente con sus agregaciones correspondientes, en el periodo de 2008 – 2018, con el objetivo de identificar el grado de integración económica de Brasil al Mercosur. Para eso se estimó cuatro indicadores económicos con los cuáles se buscó distinguir algún cambio estructural en el patrón de las exportaciones, conocer el patrón de especialización comercial (comercio intraindustrial y comercio interindustrial), y develar las ventajas comparativas existentes. La utilización de estadística descriptiva posibilitó un mejor entendimiento de las relaciones comerciales de Brasil hacia el Mercosur. Los resultados apuntan para una mayor integración productiva entre industrias de los sectores que producen bienes con un mayor nivel de complejidad en su producción, cómo las industrias farmacéuticas u farmacológicas, las de productos químicos y sus derivaciones y la industria automotriz, reflejo de los acuerdos de cooperación y coordinación firmados a lo largo y ancho de la historia. Sin embargo, el flujo de comercio de Brasil hacia el Mercosur todavía es relativamente bajo ante su comercio exterior total. La tendencia que se observó con el transcurrir del periodo, fue de contracción del comercio y desintegración económica. La heterogeneidad de los niveles de desarrollo de las economías que componen el bloque, además de la asimetría de información entre los agentes involucrados, suelen ser algunos de los retos para alcanzar los beneficios generados por una mayor integración económica.

Palabras-clave: Integración Económica. Comercio Internacional. Mercosur.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Índice de Lawrence para as exportações do Brasil aos seus pares no Mercosul. 2008 – 2018.....	34
Figura 2: Número de artigos comercializados por setores produtivos integrados economicamente. 2008 – 2018.....	35
Figura 3: Índice de Michaely para as relações comerciais do Brasil com seu pares no Mercosul. 2008 – 2018.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fluxo de comércio internacional entre o Brasil e seus pares no Mercosul. 2008 – 2018.....	33
Tabela 2: Participação dos setores produtivos no volume de capital gerado na forma de comércio intraindustrial do Brasil no Mercosul. 2008 – 2018.....	36
Tabela 3: Número de artigos comercializados que atingiram um índice de Balassa (RCA) superior à um, dentre os setores produtivos que apresentaram maior integração econômica (GLi) nas relações comerciais do Brasil no Mercosul. 2008 – 2018.....	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Objetivos.....	15
<i>1.1.1</i>	<i>Objetivo geral.....</i>	<i>15</i>
<i>1.1.2</i>	<i>Objetivos específicos</i>	<i>15</i>
1.2	Procedimentos metodológicos	16
<i>1.2.1</i>	<i>Formas de operacionalização da pesquisa</i>	<i>17</i>
2	REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1	Comércio internacional: Teoria e evidências.....	21
2.2	Integração econômica internacional.....	30
3	INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL AO MERCOSUL.....	33
3.1	Evidências empíricas.....	33
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A história econômica do Brasil sugere que desde o início da produção açucareira, em meados do século XVI, até a crise da economia cafeeira, no início do século XX, o perfil da economia brasileira era predominantemente primário-exportadora. Segundo Furtado (2009), o início do processo de industrialização no Brasil é percebido a partir da década de 1930, tendo como objetivo principal suprir a demanda do mercado interno. A partir dos anos de 1950, a expansão da estrutura produtiva industrial se intensifica até meados da década de 1970, onde alcançou seu auge naquele ciclo econômico.

Do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, fica claro o papel periférico adotado pelas economias na América Latina, a exemplo do Brasil, Argentina, Chile e México. Nesses países, a internalização do modelo de produção industrial teve seu início tardio quando comparado com as economias dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Inglaterra. Contudo, sua consolidação conferiu uma nova dinâmica à economia mundial, reordenando o cenário geopolítico do comércio internacional e garantindo certo nível de estabilidade à economia mundial (CANUTO; XAVIER, 1999).

Observando o posicionamento da economia do Brasil no mercado internacional, o direcionamento dos fluxos de exportações e importações, indica um movimento de maior cooperação multilateral internacional entre economias que, nas últimas décadas apresentaram comportamentos similares. Isso ficou mais evidente a partir de 2009, com a criação do grupo econômico identificado pela sigla BRICS.¹

Krugman e Obstfeld (2005) destacam o papel central que essas negociações internacionais desenvolvem no apoio ao comércio mais livre, uma vez que os benefícios gerados pela adoção dessas práticas podem promover vantagens mútuas aos países envolvidos. Assim, a criação de agências multilaterais a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), são proeminentes para a coordenação e a regulação da interação multilateral e bilateral entre os países.

Nesse contexto de coordenação estratégica, foi criado no outono de 1991, o bloco econômico denominado, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Iniciativa que busca maior integração regional na América Latina por meio da aproximação econômica do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A Venezuela, em vistas da ruptura com a ordem democrática,

¹ BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul.

encontra-se em suspensão e a Bolívia em processo de adesão. Os demais países da América do Sul participam como Estados-associados.

O Brasil além de destacar-se no âmbito global do comércio internacional como um dos principais mercados na América Latina, possui um papel de liderança nas articulações políticas e econômicas do Mercosul. Dados mostram que entre 2008 e 2018, o Brasil foi responsável, em média, por 50% do volume das exportações e 40% do volume das importações totais do Mercosul no período (SECEM,2019).

Entretanto, observando com maior cautela as cifras desse comércio internacional em termos monetários, na média do período, percebe-se que o fluxo de comércio do Brasil no Mercosul correspondeu a 35,5 bilhões de dólares. Que, em perspectiva comparativa com o fluxo total de comércio brasileiro, avaliado em aproximadamente 396 bilhões de dólares, representa apenas 9% do fluxo total de comércio exterior do Brasil (COMTRADE, 2019).

Esse nível relativamente baixo de comércio inter-regional contrasta com as previsões convencionais da literatura de economia internacional, que enfatiza os ganhos de bem-estar derivados da integração econômica regional. Carbaugh (2004) salienta que blocos econômicos de países com interesses similares tendem a liberalizar o comércio mais amplamente do que blocos com características heterogêneas, e considera ainda, que acordos multilaterais poderão gerar interferências no nível de integração entre os países de um bloco econômico.

A identificação dos setores industriais, que por meio do comércio bilateral, possuem maior grau de integração ao Mercosul, torna-se reflexo das ações, onde a aplicação das diretrizes que conformam o bloco, trouxe os resultados mais expressivos, possibilitando à análise, um parâmetro para a evolução dos processos de integração produtiva em um esquema de integração regional, ao passo que capta o grau de associação existente entre as estruturas produtivas do Mercosul.

Assim, o comércio internacional revela sua importância para a economia brasileira uma vez que pode gerar benefícios que contribuem para o aumento do bem-estar econômico. Esse ganho de bem-estar econômico ocorre porque não é viável para um país produzir todos os bens em quantidades suficientes que atendam as demandas da sua população. Nesse sentido, compreender a dinâmica dos modelos econômicos de comércio internacional ganha relevância, uma vez que esses modelos auxiliam na determinação do padrão de especialização produtiva e comercial, além de servir de base para o entendimento das relações analisadas.

Molinari e Angelis (2016), analisaram as potencialidades em termos da integração produtiva entre os países-membro do Mercosul, revelando que as principais cadeias produtivas passíveis de especialização, são sobretudo as ligadas ao setor agroindustrial, automotriz e

alguns bens de capital. Ainda assim, se fazem necessários mais estudos direcionados especificamente às relações comerciais do Brasil no Mercosul, uma vez que sua institucionalização possibilitou a criação de um ambiente próprio para a articulação de ações que promovam o desenvolvimento, não somente dos Estados-parte, mas de todas as nações que, através do estreitamento das relações comerciais, possam usufruir de seus benefícios.

Desta maneira, esta pesquisa se propõe a aprofundar a análise quanto ao grau de integração econômica do Brasil no comércio interacional com o Mercosul, entre 2008 e 2018, mediante a observação dos dados secundários acerca do comércio bilateral do Brasil com cada país integrante do bloco. Para além dessa primeira visão mais ampla das relações comerciais, procurou-se, por meio da aplicação de indicadores econômicos, compreender o comportamento desse mercado, identificando, se houve mudança estrutural no padrão das exportações do Brasil e o padrão de especialização da balança comercial brasileira. Não obstante, analisou-se a incidência de vantagens comparativas reveladas nos fluxos comerciais do país com o Mercosul, explicitando a eficiência produtiva interna relativa da economia do Brasil no período analisado.

1.1 Objetivos

A presente seção descreve os objetivos da pesquisa.

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é identificar o grau de integração econômica do Brasil no comércio interacional com o Mercosul no período de 2008 – 2018.

1.1.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos citam-se:

I. Revisar a literatura econômica sobre o comércio internacional, blocos econômicos e integração produtiva, a fim de embasar a análise feita a partir dos dados secundários sobre o comércio exterior do Brasil no Mercosul;

II. Estimar, por meio da utilização de medidas de estatística descritiva, índices que auxiliam a compreensão do panorama recente das relações comerciais bilaterais do Brasil com os demais Estados-parte do Mercosul;

III. Identificar o perfil das relações comerciais do Brasil no Mercosul, verificando o grau de integração econômica existente entre os setores produtivos, com base na classificação uniforme de comércio internacional (CUCI – Rev.4).

1.2 Procedimentos metodológicos

Ao manifestar-se o interesse ou necessidade de se entender um determinado fato ou fenômeno no mundo, o cientista sempre deverá primar por respostas claras, precisas, racionais e objetivas (GIL, 2002). Segundo Bêrni (2002), uma monografia, ou ensaio de pesquisa pode ser entendido como a montagem de um relatório formal de uma investigação técnica, científica ou acadêmica, que cumprirá seu propósito ao gerar discussões acerca de fatos que possam ser verificados pelo leitor. Marconi e Lakatos (2009) esclarecem que o conhecimento científico lida com ocorrências ou fatos, onde suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência, portanto, podendo ser verificável e ainda falível, em virtude de não ser definitivo.

Nesse contexto, quanto ao nível de complexidade, adota-se a pesquisa descritiva, que segundo Gil (2002), é aquela que visa descobrir a existência de associações entre variáveis, neste caso, o fluxo de comércio internacional do Brasil no Mercosul e o grau de integração econômica entre os principais setores produtivos entre esses países.

Quanto ao modelo de descrição, Bêrni (2002) recomenda olhar os dados tanto em termos absolutos e relativos (níveis e suas estruturas percentuais) como em termos de taxa de crescimento, dada a identificação do fenômeno a ser explicado. Uma técnica também recomendada por Bêrni (2002) para gerar desdobramentos no poder analítico de um conceito, consiste em utilizar o diagrama de árvore de eventos, que constitui a categorização dos componentes de certa população e o mapeamento dos dados que compõe alguns de seus atributos.

O método, adotado foi o indutivo, considerando-se os três elementos fundamentais para Marconi e Lakatos (2009). Primeiro: A observação dos fenômenos, neste caso, o comércio internacional do Brasil no Mercosul; Segundo: A descoberta da relação entre eles, ou seja, as características desse comércio salientadas pelos índices aplicados, e por fim; A generalização

capaz de possibilitar uma melhor visualização do panorama recente do comércio na região, a partir dos resultados da análise dos dados secundários, acerca do comércio exterior do Brasil no Mercosul.

O caráter da pesquisa foi o aplicado. Portanto, num primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica, aproximando a teoria econômica que embasa o comércio internacional ao tema proposto. Entender os modelos que determinam o comércio internacional serve de base à análise feita em seguida. Desse modo, esta pesquisa limita-se ao campo da Economia Internacional, adotando caráter quantitativo.

Os dados secundários utilizados nesta pesquisa dizem respeito às exportações e importações anuais, referente às relações comerciais do Brasil com os Estados-parte fundadores do Mercosul. Tais valores, expressam-se em dólares dos Estados Unidos da América, sob o regime denominado *Free On Board* (FOB), extraídos da base de dados Comtrade, gerido pelo departamento de assuntos econômicos e sociais das Nações Unidas. Para os registros de comércio ao nível de desagregação do produto de 4 dígitos, segundo o sistema harmonizado da Classificação Uniforme de Comércio Internacional (CUCI), Revisão 4 (2008). O intervalo de tempo escolhido para esta pesquisa foram os anos de 2008 – 2018, compreendendo a última década com dados secundários consolidados disponíveis.

1.2.1 Formas de operacionalização da pesquisa

Visando constituir um panorama mais abrangente das relações comerciais, buscou-se na literatura de economia internacional e na estatística descritiva, índices que auxiliassem o entendimento do grau de integração econômica do Brasil no Mercosul. A primeira medida, foi a identificação de características que evidenciassem mudança estrutural no padrão das exportações do Brasil com os demais Estados-parte fundadores do bloco. Mudança estrutural no padrão das exportações, refere-se em última instância, a uma discrepância acentuada no somatório do valor referente às exportações de um país a outro. Atende-se nesta pesquisa, à recomendação quanto a aplicação do índice a intervalos de tempo razoavelmente afastados, a fim de uma mais clara percepção de mudanças significativas no padrão das exportações examinadas.

Desse modo torna-se importante na identificação dos mercados existentes na região, sendo o índice melhor recomendado para captar tais interações, o proposto por Lawrence (1984), que reporta como resultado, justamente, a ocorrência (ou não) de mudança estrutural no padrão das exportações, podendo ser definido algebricamente como:

$$L = (1/2) \sum_{i=1}^n |S_{i_t} - S_{i_{t-1}}|, \quad (1)$$

em que, S_{i_t} é a participação do setor i nas exportações totais do país no ano t , e $S_{i_{t-1}}$, a participação do setor i nas exportações totais do país no período inicial da aferição.

O índice varia entre 0 e 1. Quando relativamente próximo a zero há ausência de mudança estrutural no padrão das exportações; quando relativamente próximo a 1 existem evidências em favor de uma mudança estrutural completa. A aplicação desse índice por Bender e Lee (2002) no contexto Latino-americano, apresentou fortes evidências de mudança estrutural no padrão das exportações na região, principalmente nos anos de 1990, com um aumento expressivo da participação do setor produtivo industrial, nas exportações totais registradas.

A especialização comercial apresenta-se de duas maneiras. Através do aumento no fluxo de comércio interindustrial, ou seja, quando no fluxo de comércio internacional, destacarem-se indústrias voltadas diretamente ou para as exportações ou para importações, independentemente do superávit comercial agregado; Ou através do aumento no fluxo de comércio intraindustrial, uma vez que tal fluxo possa ser caracterizado por um maior equilíbrio comercial entre as exportações e importações dos setores produtivos de um determinado país.

O índice de Michaely (1962), é um indicador de especialização interindustrial, definido pela expressão:

$$I = (1/2) \sum_{i=1}^n |Xi/\sum_i Xi - Mi/\sum_i Mi|, \quad (2)$$

em que Xi e Mi , são respectivamente o valor das exportações e importações industriais correntes em um determinado país. Quanto maior a discrepância na balança comercial, mais agudo é o comércio interindustrial e mais próximo a 1 o valor do índice.

Por outro lado, o comércio intraindustrial, perceptível por meio do índice de Grubel e Lloyd (1975), que considera a seguinte expressão:

$$GL_i = \{1 - [|X_i - M_i|/(X_i + M_i)]\}, \quad (3)$$

em que, X_i e M_i são respectivamente o valor das exportações e importações industriais correntes nos países analisados. Quanto mais equilibrada for a balança comercial, mais próximo a 1 será o índice e mais intenso o fluxo de comércio intraindustrial.

Assim podemos dizer que a relação comercial é mais especializada, quanto maior for a discrepância entre as exportações e importações de um mesmo setor; Do mesmo modo, podemos entender que a relação comercial é mais integrada, quanto mais equilibrada for a relação entre as exportações e as importações de um mesmo setor produtivo.

Muitos exemplos da aplicação desses indicadores de especialização comercial são encontrados na literatura econômica. Amable (2000), por exemplo, buscando responder questões relacionadas ao comércio exterior e o crescimento econômico, faz uso, entre outros, do índice de Michaely (1962) aplicado ao conjunto de países integrantes da OCDE, onde percebeu uma forte tendência a especialização interindustrial dentre os países Latino-americanos durante os anos de 1965 a 1990. Enquanto que, no estudo sobre o impacto comercial da integração econômica europeia entre 1985-1996, publicado por Diaz Mora (2001), constatou-se que o aumento da integração econômica teve um impacto positivo nas relações comerciais, sobretudo as classificadas como intraindustriais.

Uma vez verificado o grau de integração econômica sinalizado pelos índices de especialização comercial, realiza-se sob aqueles com maior grau de comércio intraindustrial, uma análise das vantagens comparativas no comércio entre setores produtivos. A vantagem comparativa enquanto um conceito central na economia, possibilita a análise, uma percepção mais apurada das consequências provenientes de mudanças nas políticas comerciais e serve de parâmetro para a avaliação da competitividade dos setores produtivos de um país, através da identificação da eficiência produtiva interna relativa.

O indicador econômico mais amplamente difundido para aferição de vantagem comparativa, é o proposto por Balassa (1965), em que seu emprego respeita a seguinte expressão algébrica:

$$RCA_{ij} = (X_{ij}/\sum X_{ij})/(\sum_j X_{ij}/\sum_j \sum_i X_{ij}), \quad (4)$$

em que, X_{ij} é o valor correspondente às exportações de um setor produtivo i de um determinado país j . Nesse caso, o numerador representa a estrutura de exportações dos setores produtivos de um país, em razão da estrutura de exportações do conjunto de países no qual se busca a comparação. Valores de RCA_{ij} maiores do que um, indicam que o setor analisado possui

vantagem comparativa revelada. Sendo tal vantagem maior, quanto maior for o valor reportado pelo índice na aplicação aos dados secundários.

Lederman *et al.* (2008), examinam até que ponto o crescimento da China e da Índia nos mercados mundiais está afetando os padrões de especialização comercial nas economias da América Latina. Para tanto, avaliam a correlação entre as vantagens comparativas reveladas das economias Latino-americanas com as duas economias Asiáticas. Evidenciando, que com exceção do México, o padrão de especialização da América Latina, move-se na direção oposta ao padrão de especialização comercial de China e Índia, uma vez que a investigação aponta uma crescente participação desses países, sobretudo nos setores produtivos intensivos em mão de obra, e o beneficiamento das economias Latino-americanas, principalmente, nos setores produtivos intensivos em recursos naturais.

Desse modo, foi levado à cabo a análise das relações comerciais exteriores do Brasil com seus pares no Mercosul. A complementariedade perceptível entre os indicadores econômicos selecionados, além de conferir maior rigor inerente a uma pesquisa científica, propicia a observação de uma maior quantidade de elementos que permeiam o objeto de estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, serão abordadas as principais teorias que dão sustentação a dinâmica do comércio internacional. Dessa maneira, este capítulo inicia à luz de David Hume e seu entendimento acerca das relações comerciais entre os países. Trazendo à tona em seguida, o olhar de Adam Smith sobre as vantagens absolutas, modelo de comércio internacional pioneiro, que serviu de inspiração para a teoria das vantagens comparativas, proposta mais tarde, por David Ricardo, cujo modelo de comércio internacional também será apresentado nesta seção.

A continuação serão apresentados mais três modelos de comércio internacional, amplamente difundidos na economia internacional. Sendo eles: O modelo Heckscher-Ohlin, o modelo Padrão de Comércio e o modelo de Retornos Crescentes à Escala, concluindo a seção com a apresentação da mais recente formulação teórica acerca do comércio internacional, conhecida como *New New Trade Theory*, que busca interpretar o comércio mundial a partir da ótica das empresas exportadoras.

A seção seguinte apresenta a teoria dos mercados comuns e seus efeitos conhecidos, resultante de processos de integração econômica. Culminando na apresentação das circunstâncias e características que envolveram a criação do bloco econômico Mercosul.

2.1 Comércio internacional: Teoria e evidências

Em uma reflexão sobre comércio internacional, poderá vir à mente, a doutrina do fluxo preço-dinheiro, de David Hume, na formalização da crítica aos mercantilistas, ainda no século XVIII. David Hume afirmava que, uma balança comercial favorável somente seria possível no curto prazo, pois a longo prazo seria eliminada automaticamente, uma vez que a relação do nível de preços, estimularia a aquisição de produtos estrangeiros, reduzindo as exportações nacionais eliminando o resultado favorável no longo prazo. Esse tipo de reflexão, serviu para estimular o desenvolvimento das teorias acerca do comércio internacional (HUME, 1983).

Adam Smith, também no século XVIII, com a publicação de sua obra *A Riqueza das Nações*, se esforçou para refutar o pensamento mercantilista, de que uma nação só obteria ganhos no comércio às custas de perdas dos seus parceiros comerciais. Indo além, enfatizava que o comércio internacional permitia a divisão internacional do trabalho e a especialização das economias, aumentando sua produtividade e o produto mundial como um todo. Partindo da ideia que as diferenças nos preços determinam o movimento dos bens entre as nações, e que tais preços são reflexo dos custos para sua produção, Adam Smith procurou explicar que os custos para produção de bens variam entre as nações, em função da produtividade dos fatores de produção. A produtividade, por sua vez, varia com base em vantagens que poderão ser vantagens naturais ou vantagens adquiridas a partir de aptidões e técnicas especiais de produção desenvolvidas pelas nações. Desse modo, existindo uma vantagem natural ou adquirida na produção de um determinado bem, o mesmo terá um custo menor, conferindo a nação uma vantagem competitiva na produção (CARBAUGH, 2004).

O princípio comercial para Adam Smith era o da vantagem absoluta, onde na relação entre dois países, o comércio internacional e a especialização serão benéficos quando cada país possuir uma vantagem absoluta, em termos do emprego de mão de obra por produto produzido, na produção de um bem. Com o comércio, cada país importará o produto no qual possui uma desvantagem de custos na produção e exportará o bem no qual possui vantagem absoluta.

Um exemplo que subsidia o conceito foi sugerido pela análise econômica de Álvarez (2011) sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul. Com base no índice similaridade das estruturas produtivas e no índice de comércio interindustrial, o autor constatou que a Venezuela, no período entre 1999 e 2008, possuía a estrutura exportadora com menor similaridade aos

demais países do Mercosul, além de possuir um baixo grau de especialização, desse modo evidenciando que todos os demais Estados-parte possuíam vantagens absolutas em praticamente todos os setores produtivos.

Já no início do século XIX, David Ricardo percebe que mesmo quando um país possui vantagem absoluta na produção de todos os bens, ainda assim, o comércio internacional poderá promover benefícios mútuos para os países envolvidos. Nesse sentido, David Ricardo desenvolve o princípio das vantagens comparativas, onde na análise do comércio entre dois países sobre setores específicos sempre um país irá possuir uma vantagem comparativa em termos de horas necessárias para a produção. Para exemplificar, no modelo Ricardiano, se estabelece um cenário onde dois bens são produzidos e a economia possui apenas um fator de produção, a mão de obra. Desse modo, o número de horas necessárias para a produção de um bem, definirá a produtividade dessa economia em cada setor. O número limitado de mão de obra por sua vez, obrigará uma decisão, onde, para produzir mais de um bem o país terá de abrir mão da produção equivalente, em termos do outro bem (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Para determinar a quantidade produzida, será necessário conhecer os níveis de salários para a produção, que nesse modelo, são reflexo dos preços relativos dos bens na economia. Procurando maximizar suas utilidades individuais, a mão de obra levará o país a se especializar na produção do bem com maior preço relativo e assim determinar a oferta na economia. Desconsiderando o comércio, essa economia irá produzir todos os bens sempre que os preços relativos forem iguais aos seus custos unitário em mão de obra (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Aplicando os efeitos do comércio internacional nesse modelo, a especialização será determinada em função dos preços relativos em ambos os mercados. Dessa forma, cada economia irá se especializar no bem em que possua uma vantagem comparativa na produção. Países com produtividades relativas da mão de obra diferentes, se especializarão nos produtos em que o custo de oportunidade para produzir é mais baixo no seu país e mais alto no país estrangeiro. Os ganhos com o comércio neste caso são mútuos, pois, a oferta dos dois bens será maior, ampliando a possibilidade de consumo em ambas economias. Assim, os preços relativos irão convergir para o equilíbrio em um nível entre as produtividades dos dois países (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

O modelo pode ser expandido para uma situação onde dois países comercializam vários bens. Nesse caso, o que determinará a especialização dos países na produção desses bens, será a diferença entre os salários relativos em ambos países. O custo de produção de cada bem,

será dado pela produtividade relativa da mão de obra vezes a taxa salarial, que é a relação entre os salários nos dois países. Assim, cada país irá se especializar no conjunto de bens que forem mais baratos à produção, dada sua produtividade (CAVES; FRANKEL; JONES, 2001).

Quanto aos custos de transporte referentes ao comércio internacional, os mesmos não produzem efeito sobre o princípio fundamental das vantagens comparativas, porém, se for considerado como uma fração uniforme do custo de produção poderá desencorajar o comércio internacional, tornando alguns produtos não comercializáveis, ou seja, os custos com o transporte elevam o custo final do produto de tal forma que se torna mais vantajoso a produção interna da capacidade que supra sua própria demanda, dados os salários relativos, do que a importação desses bens (CAVES; FRANKEL; JONES, 2001).

Empiricamente, uma avaliação da teoria das vantagens comparativas exigiria uma confrontação dos preços relativos, em regime de autarquia, dos países a serem analisados. O índice de vantagens comparativas reveladas auxilia essa análise de modo que, Kume e Piani (2004) procurando uma estimativa do impacto da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) no comércio bilateral Brasil-Estados Unidos, constatou, que o Brasil é um produtor mais eficiente de têxteis e vestuário de algodão e produtos de celulose derivados de fibras curtas, relativamente a têxteis e vestuário baseados em fibras artificiais e sintéticas e produtos de celulose de fibra longa, em que os Estados Unidos são produtores mais eficientes, durante o período analisado.

Entretanto, esse modelo deixa de fazer considerações importantes como a quantidade de recursos disponível a cada país e ainda ignora o possível papel das economias de escala. Nesse sentido, outros modelos para determinar o comércio internacional foram propostos dentro da economia internacional.

O modelo Heckscher-Ohlin, determina as interações comerciais e a especialização, a partir das proporções dos fatores de produção em cada país. Exemplificando, em um modelo de dois países que produzem e comercializam dois bens a partir da combinação de dois fatores de produção, capital e mão de obra. A quantidade produzida dos dois bens será uma função das quantidades de capital e mão de obra empregada na produção, considerados suprimentos fixos, divididos entre os setores. A intensidade da utilização desses fatores de produção, capital e mão de obra, leva em consideração a relação de preços desses fatores, ou seja, a proporção salários-aluguel investido em cada setor. Quando um setor sempre utiliza uma proporção maior de um determinado fator de produção, independente do seu preço se considera que esse setor é intensivo nesse fator de produção (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

A concorrência determinará que o preço de cada bem produzido será igual ao seu custo de produção, assim o custo para produzir dependerá dos preços dos fatores de produção. Alterações no preço de um fator de produção, provocarão efeito compatível com sua utilização na produção. Um crescimento no nível de salários, por exemplo, terá um impacto maior nos setores intensivos em mão de obra, tornando o preço das mercadorias desse setor mais caras. Quando existe uma expansão na oferta de um fator de produção, dada proporção de utilização dos fatores de produção por cada setor, a economia irá absorver esse acréscimo ampliando a produção nos setores intensivos nesse fator, assim cada país tenderá a ser relativamente mais eficiente na produção dos bens intensivos nos fatores de produção que possua em relativa abundância (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Ao considerar os efeitos do comércio internacional, por hipótese, o modelo define uma demanda relativa mundial, igual para os dois produtos, devido ao comportamento racional dos indivíduos maximizadores de utilidade na economia e dado seus preços relativos. Define também que uma determinada combinação de mão de obra e capital produz a mesma quantidade dos dois bens em ambos os países. Portanto, a única diferença estará na quantidade de recursos disponível em cada país. Assumindo que um país é relativamente abundante em mão de obra enquanto o outro país é relativamente abundante em capital.

Ao ocorrer o comércio, os preços relativos irão convergir, de modo que os preços relativos dos produtos intensivos em mão de obra subirão no país em que esse recurso é relativamente abundante e cairão no país onde esse recurso é relativamente escasso, determinando um novo preço relativo mundial. Essa convergência dos preços faz com que os preços dos salários e dos aluguéis, ou seja, a remuneração dos fatores de produção também tenda a equalização (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Assim cada país irá se especializar na produção do bem que possua o fator de produção proporcionalmente mais utilizado em relativa abundância, exportando seu excedente para o outro país em troca do produto cujo fator de produção proporcionalmente mais utilizado, seja escasso em sua economia. Esse modelo poderá ser ampliado para uma relação entre vários países com vários fatores de produção e vários bens a partir da correlação entre a abundância do fator de produção em um país e suas exportações de produtos intensivos nesse recurso, sem alterar sua lógica.

Na tentativa de uma melhor adequação do modelo Heckscher-Ohlin às circunstâncias reais do comércio internacional, algumas hipóteses foram levantadas. Exemplo é o Teorema Stolper-Samuelson que aponta para uma questão importante. O comércio internacional aumentará o nível de bem-estar dos proprietários do fator de produção que é empregado

intensivamente na indústria em expansão. Contudo, os proprietários dos fatores de produção em contração, encontrarão dificuldades para sua manutenção no sistema produtivo. Pois como o modelo Heckscher-Ohlin indica que, com o comércio livre, o país tende a se especializar nos bens que possui vantagem comparativa, reduzindo a produção do bem no qual possui desvantagem (HELLER, 1978).

Essa leitura das condições de produção e comércio poderá ser aplicada às alterações provocadas pela imposição de uma taxa ou tarifa ao comércio. O efeito da tarifa levará um país a produzir mais do bem protegido, reduzindo a produção dos bens não-protegidos. Nesse sentido, o teorema indica que se houver uma compensação dos proprietários dos fatores de produção que são beneficiados com a abertura do comércio aos proprietários dos fatores de produção que perdem com esse comércio, ainda assim o país obterá um ganho de bem-estar econômico (HELLER, 1978).

Uma evidência empírica que subsidia o modelo Heckscher-Ohlin está presente no estudo publicado por Mattos (2015), onde com base na análise dos resultados obtidos para os cálculos de abundância relativa dos fatores de produção e de intensidade relativa da utilização de tais fatores de produção nos dez principais produtos da pauta de exportações e importações do Brasil com a China entre 2000 e 2012, concluiu que o comércio bilateral entre esses países pode ser explicado por tal modelo, visto que existem vantagens comparativas ao dedicarem-se à exportar para o parceiro comercial, produtos que utilizam de forma intensiva o fator de produção relativamente abundante em cada país.

O modelo chamado Padrão do Comércio, segundo Krugman e Obstfeld (2001), ocupa-se em determinar quatro relações importantes para o comércio internacional. A primeira delas é a relação entre as possibilidades de produção e a oferta relativa na economia. Para efeito, a composição do modelo analisará dois países onde cada país produz dois bens. As quantidades que as economias realmente produzirão, depende dos preços relativos. Dados preços relativos a economia produzirá as quantidades que maximizem o valor da produção. Sendo assim, os preços relativos determinarão qual a relação dos bens produzidos e portanto a oferta relativa na economia.

A segunda delas é determinar a relação entre preços relativos e a demanda relativa. O valor do consumo será igual ao valor de sua produção na economia. Assim, a escolha da economia, neste modelo, será baseada na decisão de consumo de um único indivíduo representativo maximizador de utilidade. O conjunto de bens que deixa o indivíduo igualmente satisfeito, dados preços relativos, determinará a demanda relativa nessa economia.

Considerando um acréscimo no preço relativo de dois bens, o efeito levaria a alteração das quantidades produzidas de ambos os bens, em favor do bem que teve seu preço relativo elevado. O novo rearranjo dos bens na economia será percebido pela demanda. O efeito renda elevará o consumo de ambos os bens, já o efeito substituição determinará a relação de consumo entre esses bens.

A terceira relação, portanto será a determinação do equilíbrio no comércio internacional. Mantendo a suposição do modelo, onde dois países produzem dois bens, o padrão de comércio será definido pela diferença na capacidade de produção de ambos os países dados os preços relativos. Como o modelo considera que ambos os países compartilham das mesmas preferências, ambos possuem a mesma demanda relativa. Assim, a oferta relativa mundial estará situada entre as ofertas relativas de cada país e a demanda relativa mundial será a própria demanda relativa de cada país. O preço relativo de equilíbrio será dado pela interseção das curvas de oferta e demanda relativa mundial.

A quarta relação que o modelo procura determinar é o efeito dos termos de comércio no bem-estar de uma nação. Se o preço relativo de um bem subir, o país que exporta esse bem ficará em uma situação melhor, se o contrário ocorrer, e o preço relativo do bem que o país exporta cair, o país ficará em uma situação pior. Assim, o preço do bem que o país exporta inicialmente dividido pelo preço do bem que o país importa inicialmente, determina os termos de comércio. Portanto, segundo Krugman e Obstfeld (2001), um crescimento nos termos de comércio aumenta o bem estar de um país, bem como, um declínio nos termos de comércio reduz o bem-estar de um país. Importante salientar que o nível de bem-estar jamais será mais baixo do que desconsiderando o comércio.

Entendendo melhor o crescimento nesse modelo, um aumento nos recursos ou ganhos de eficiência produtiva, poderão possibilitar uma expansão da fronteira de possibilidades de produção. Esse crescimento poderá ser tendencioso para algum setor da economia, interferindo na sua oferta relativa mundial, por basicamente duas razões: O progresso técnico em um determinado setor expandiu as possibilidades de produção, como indicado no modelo das vantagens comparativas ou ainda, como indicado pelo modelo Heckscher-Ohlin, uma expansão na oferta do recurso em que o setor faz uso intensivo (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

Outro aspecto importante abordado pelo modelo Padrão do Comércio é a influência das tarifas aduaneiras e dos subsídios à exportação na oferta e demanda relativa mundial. Tarifas aduaneiras e subsídios à exportação geram uma distorção nos preços que os bens são comercializados internamente e externamente. Essa diferença entre os preços internos e os preços externos, tem efeito nos termos de comércio, ou seja, na relação de quanto um país

poderá importar de um bem a partir das exportações de outro bem, conforme Krugman e Obstfeld (2001).

Tanto a imposição de uma tarifa para importação como um subsídio à exportação, afetará não só o país que aplica, mas também seus parceiros comerciais. Alguns efeitos podem ser percebidos após a vigência de uma tarifa para o comércio. Primeiro, o efeito-consumo. Ao alterar-se a relação de preços relativos, as preferências de consumo também serão alteradas, gerando um efeito na produção. O protecionismo de uma tarifa à importação poderá produzir uma expansão na produção interna dependendo do contexto. Outro efeito percebido será o efeito-receita, uma vez que o governo expandirá suas receitas à partir da tarifa. E por último o efeito-redistribuição, que reflete o ganho dos produtores, decorrentes da elevação dos preços sem alterações no custo de produção. Maiores serão os efeitos na demanda e oferta relativas mundiais quanto maior for a participação do país nos mercados (HELLER, 1978).

Uma evidência que subsidia o modelo foi a aplicação de políticas comerciais e de regulação para o setor de couro e de calçados no Mercosul. A nível sub-regional, as políticas implementadas rumo ao livre comércio nesses setores, a exemplo da efetiva vigência da tarifa externa comum, a eliminação ou restrição de impostos às exportações de couro dentro do Mercosul e a harmonização dos incentivos entre os países membros, elevaram esses setores ao nível internacional de competitividade, principalmente a indústria brasileira (ÁNGELIS, PORTA, 2014).

Os modelos até aqui apresentados, levam em consideração retornos constantes à escala, e em outras palavras, consideram que o comércio só existe em função das diferenças entre os países, que tendem a se especializar nos bens que produzem relativamente melhor.

O modelo de retornos crescentes à escala por sua vez, considera que existe aumento dos retornos a partir de um aumento na escala de produção, tornando vantajoso para um país, a especialização em uma variedade limitada de produtos e serviços, assim aumentando a escala de produção (CARBAUGH, 2004).

Esse modelo supõe que a quantidade de mão de obra por unidade de produto produzida é menor quanto mais unidades forem produzidas, a uma determinada taxa salarial por hora, o custo médio da produção cai, quando a produção aumenta. Esse aumento na produção poderá se concretizar de duas maneiras que implicarão em estruturas de mercado diferentes. Economias internas de escala configuram-se quando o custo por unidade produzida depende do tamanho das empresas individualmente, mas não necessariamente do tamanho do setor que atua. Nesses casos grandes empresas terão vantagem sobre empresas pequenas e a estrutura de mercado tenderá a ser mais concentrada. Já economias externas de escala, ocorrem quando o custo por

unidade produzida depende do tamanho do setor, mas não necessariamente do tamanho das empresas individuais. Assim, a estrutura de mercado tende a ser composta por várias empresas de porte similares, uma maior competitividade e menor concentração de mercado (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

A caracterização de economias externas de escala remete a concentração geográfica de indústrias de um mesmo setor, fenômeno facilmente observável empiricamente, onde conglomerados de empresas se formam, tornando-se mais eficientes do que se interagissem geograficamente afastadas (CARBAUGH, 2004).

Algumas razões para o surgimento desses conglomerados são a criação de um mercado de fornecedores especializados. É comum a muitas indústrias, que sua produção demande a utilização de equipamentos específicos e serviços que apoiam o sistema produtivo. Dessa forma, o surgimento de empresas especializadas em suprir necessidades de outras empresas em uma mesma região, aumenta a eficiência do setor como um todo, através da redução de custos proporcionada pela proximidade geográfica além do aumento na competitividade desse mercado (CARBAUGH, 2004).

Outra razão pode ser pelo agrupamento do mercado de mão de obra, que beneficia tanto as empresas, ao correrem menos risco de escassez na oferta de mão de obra, quanto os trabalhadores, que igualmente minimizam seus riscos de desemprego. Uma terceira razão ainda é o aumento na difusão de conhecimento proporcionado pela proximidade no convívio e a troca de ideias e conhecimentos a nível pessoal e social de maneira informal. (CARBAUGH, 2004).

Considerando o comércio internacional, o modelo de retornos crescentes à escala prevê uma curva de oferta negativamente inclinada, devido ao custo médio de produção que cai à medida que a produção aumenta. Assim, admitindo-se hipoteticamente dois países, onde em um determinado setor cada país possua seu preço relativo de equilíbrio. O efeito do comércio internacional irá resultar em um novo preço de equilíbrio para o setor no mercado mundial, menor do que ambos os preços antes do comércio, dada a curva de oferta que tende à queda futura, assumindo aumento dos retornos. Outra situação derivada é que haverá uma tendência maior à concentração geográfica da indústria desse setor, no país onde inicialmente, antes do comércio, o preço de equilíbrio era mais baixo (CARBAUGH, 2004).

Desse modo, o padrão de especialização nessas economias de escala poderá ser determinado a partir das relações comerciais baseadas em vantagens comparativas. Entretanto, o modelo entende que o simples desenvolvimento de um país no decorrer da história, pode determinar e direcionar o surgimento desses conglomerados industriais regionais e a

especialização dos países, estando vinculada a mais vasta combinação de fatores aleatórios no transcurso do tempo.

Tais conglomerados industriais geograficamente concentrados podem ser percebidos na América Latina como um todo, porém com mais proeminência no Brasil, Argentina e Chile, tratando-se de América do Sul, onde alguns setores industriais já alcançaram a condição de economias de escala, como por exemplo, o setor de alimentos no Brasil.

Garcia e Ferreira Filho (2005) apresentam um estudo empírico sobre a estrutura de custos do setor de frangos de corte no Brasil, com a finalidade de detectar a existência ou não de economias de escala no setor. Os índices de economias de escala são obtidos a partir das estimativas dos parâmetros de uma função de custos transcendental logarítmica. Os resultados indicam que o setor possui uma curva de custo médio decrescente que possibilita retornos à escala, destacando ainda que as principais indústrias que operam em regime de economias de escala estão localizadas nas regiões Sul, Centro-Oeste e no estado de Minas Gerais.

Quanto às mais recentes formulações teóricas acerca do comércio internacional, um novo modelo conhecido na economia internacional como *New New Trade Theory*, faz uma avaliação do comércio internacional ao nível das empresas, enquanto as teorias tradicionais do comércio concentram-se no papel dos países. Esse modelo traz uma reflexão sobre o fato de que o número de empresas exportadoras varia de acordo com as vantagens comparativas dos países. Nesse sentido o modelo destaca o importante papel do desenvolvimento das instituições dos países, que poderão induzir vantagens comparativas ao reduzir custos de exportação nos setores mais dependentes de contratos, aumentando assim o número de empresas exportadoras (ARA,2012).

Esse novo modelo adota a indústria como unidade de análise e enfatiza o papel e a heterogeneidade das firmas no comércio internacional, além de avaliar a influência dessas empresas na constituição das políticas comerciais. Essa nova abordagem implica na análise de estrutura de custos fixos das empresas. A redução da incerteza neste modelo possibilita um aumento nas margens de ganhos de produtividade, inovação e bem-estar. A busca das empresas por novos canais de serviços, normas, políticas de compras e facilitações ao comércio ganham destaque na pauta de prioridades das empresas que visam o comércio internacional (CIURIAK, Dan et al, 2015).

Todos os modelos apresentados nesta seção buscam determinar as motivações para a ocorrência do comércio internacional, bem como a determinação do padrão de especialização comercial. A seção seguinte direcionará a abordagem para os aspectos relacionados com a integração econômica e sua importância como via para alcançar um maior nível de

desenvolvimento econômico. Nesse sentido, ganha proeminência a institucionalização do bloco econômico Mercosul e os constantes esforços dos Estados-parte no sentido de uma maior harmonização econômica a fim de alcançar os benefícios que poderão ser gerados dessa relação.

2.2 Integração econômica internacional

Como observável ao longo história, o comércio é fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação e a integração econômica, enquanto coordenação de duas ou mais nações através de políticas econômicas, mostrasse também pela história, que pode ser vista como uma alternativa que gere externalidades positivas para os países envolvidos (VAN MEERHAEGHE, 1976).

Uma plena integração econômica, remete a uma circunstância em que é garantida a livre mobilidade das pessoas, de bens e de capitais. Onde circula uma moeda única e onde um único orçamento é estabelecido aos integrantes. Uma integração econômica nesses moldes não é concebível sem uma integração política, que na maior parte dos casos, é mais pujante. A implementação gradual desse processo de integração, passa pela aplicação de métodos de caráter horizontal e setorial.

Compreendem a evolução na aplicação dos métodos de caráter horizontal, a criação de uma área de livre-comércio, onde não existam barreiras internas ao comércio, ainda que cada país mantenha suas próprias tarifas em relações comerciais com países não integrantes dessa área, e uma união tarifária, que é uma medida legislativa que harmoniza as tarifas praticadas pelos membros da união com os Estados não pertencentes ao grupo. Já como medidas de caráter setorial, entende-se o estabelecimento de um mercado comum entre todos os setores dos países envolvidos, podendo ser considerado como a fase final do processo de integração.

Buscando melhor compreender as consequências da integração econômica, podemos iniciar considerando o impacto de uma união alfandegária, na qual, normalmente gera efeito nos níveis de crescimento dos países envolvidos, caso as novas tarifas acordadas a partir da união aduaneira sejam mais baixas. Outro efeito igualmente observável é a redistribuição dos recursos, embora este de maneira menos expressiva.

Outra consequência da integração econômica, é a possibilidade das empresas mais eficientes alcançarem economias de escala, por meio da ampliação do mercado. E ainda, a ampliação dos graus de concorrência dentro da união, com o acréscimo de empresas disputando o mercado, poderá compreender um desestímulo às estruturas monopolísticas ou oligopolistas preexistentes (VAN MEERHAEGHE, 1976).

Nesse contexto, diversos blocos econômicos surgiram ao longo da história, voltados ao interesse comum de países em desenvolver o comércio de determinadas regiões e usufruir dos benefícios gerados através de uma maior integração econômica (MAIA, 2008).

O Mercosul é uma instituição internacional criada em 26 de março de 1991 com o Tratado de Assunção. Persona jurídica de direito internacional desde a celebração do Protocolo de Ouro Preto em 16 de dezembro de 1994. Que busca promover, através da integração regional, os princípios da democracia e do desenvolvimento econômico. Um reflexo do engajamento dos Estados-parte é a consolidação da estrutura política, com a constituição do Parlamento do Mercosul (PARLASUL), em 9 de dezembro de 2005, tratando-se de um órgão unicameral de representação cidadã que representou um aporte à qualidade e ao equilíbrio institucional do Mercosul e a manutenção do FOCEM (Fundo para convergência estrutural do Mercosul), órgão que financia projetos que visam promover a competitividade, a coesão social e a redução das assimetrias entre os integrantes desse processo de integração.

Outro indício do interesse dos Estados-parte em promover a integração econômica foi a criação de instrumentos que possibilitassem uma melhor coordenação, em termos de integração produtiva, como o Programa de Integração Produtiva (PIP). Que possui objetivo de fortalecer a complementação produtiva, principalmente entre as pequenas e microempresas empresas, aumentando a competitividade de diferentes setores do bloco, bem como o Grupo de Integração Produtiva (GIP). Designado a coordenar e executar tais ações oriundas do PIP, por meio de instrumentos de caráter horizontal e setorial.

Quanto a seus objetivos, a formação do Mercosul considera uma ampliação dos mercados nacionais, favorecendo a produção em grande escala, aumentando a eficiência e a competitividade do bloco. Também objetiva, um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na região, aumentando a participação do Mercosul no comércio internacional, além de medidas como a ampliação da rede de transportes e o livre trânsito da força de trabalho entre os Estados-membro (MAIA, 2008).

Para alcançar tais objetivos, o Mercosul recorre a adoção de um programa de liberação comercial que permita a livre mobilidade de bens, serviços e fatores de produção. Isso significa uma redução gradual das tarifas alfandegárias e a eliminação de barreiras não tarifárias. Quanto ao relacionamento comercial com demais países e/ou blocos econômicos, adotam-se tarifas e política comercial comum. A coordenação das políticas macroeconômicas dos Estados-membro também aparece como um fator importante à uma maior harmonização aos princípios do Mercosul (MAIA, 2008).

A heterogeneidade das economias dos Estados-parte do Mercosul ainda porém, é um fator de desequilíbrio para o bloco econômico, contudo, desde sua criação avanços importantes foram consolidados, principalmente no que diz respeito à abertura de novos mercados para empresas brasileiras. O avanço contínuo no processo de integração beneficia não só os setores mais eficientes de cada Estado-parte, mas a vida dos cidadãos como um todo, garantindo entre outras coisas, a disponibilidade de uma cesta mais diversificada de bens e serviços para região.

Contudo, certa estagnação dos níveis de atividade econômica no Mercosul e até mesmo o encerramento de alguns fluxos de comércio, demonstram dificuldades na coordenação de políticas que reduzam a assimetria de informação entre os agentes do bloco. Sendo esse um entrave para a evolução das relações comerciais e conseqüentemente ao desenvolvimento econômico dos países e da região como um todo.

Baumann e Mussi (2006) destacam que além das expressivas diferenças estruturais, cada país encontrou seu caminho de forma individual, não negociada, e nem sempre compatível com os propósitos de promover a convergência entre as quatro economias. Em particular, no tratamento das assimetrias entre os quatro sócios, que nem sempre esteve presente de forma suficiente para neutralizar as diferenças.

3 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL AO MERCOSUL

Este capítulo traz à tona os resultados reportados a partir da aplicação empírica dos indicadores econômicos selecionados. Buscando elucidar o grau de integração econômica do Brasil no Mercosul.

3.1 Evidências empíricas

Na forma da análise dos fluxos de comércio internacional (exportações mais importações), conjuntamente com a aplicação de índices de especialização comercial, torna-se possível um maior entendimento do grau de avanço dos países fundadores do Mercosul, quanto a integração econômica. Esta seção trata de evidenciar três aspectos importantes das relações comerciais entre os países: Mudança estrutural no padrão das exportações; padrão de especialização comercial; e vantagens comparativas.

A primeira particularidade percebida nas relações comerciais bilaterais do Brasil no Mercosul no período de 2008 a 2018 é a disparidade, em termos monetários, do fluxo de comércio entre Brasil e Argentina, na comparação direta com seus demais parceiros comerciais no bloco econômico, como ilustra a Tabela 1.

Tabela 1: Fluxo de comercio internacional entre o Brasil e seus pares no Mercosul. 2008 – 2018.

Países	2008	(%)	2018	(%)
Argentina	\$ 30.864.062.431,00	84	\$ 26.106.400.360,00	76
Paraguai	\$ 3.145.078.692,00	9	\$ 4.161.612.850,00	12
Uruguai	\$ 2.662.278.629,00	7	\$ 4.186.658.720,00	12
Mercosul	\$ 36.671.419.752,00	100	\$ 34.454.671.930,00	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Comtrade (2019)

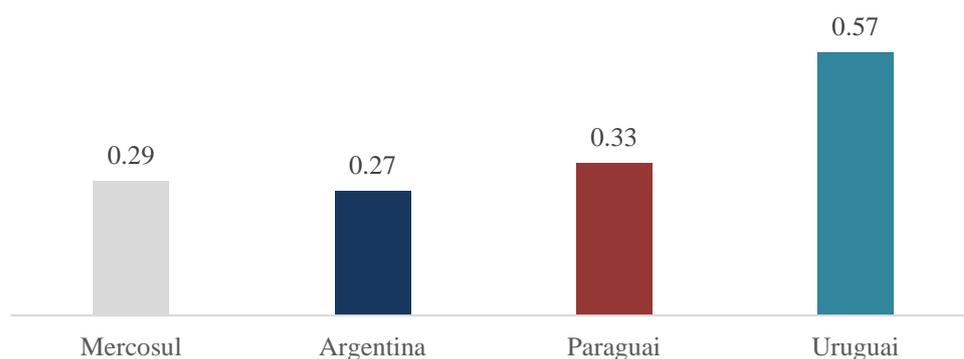
Nota: Os valores reportados estão expressos em Dólares dos Estados Unidos da América. (FOB).

Nota-se que o fluxo de comércio bilateral entre Brasil e Argentina em 2008, conforma 84% do comércio total do Brasil no Mercosul. E ainda que tal participação retrocedesse em 2018, ao patamar de 76% de tal fluxo comercial, fica evidente a maior concentração do comércio da região entre Brasil e Argentina (COMTRADE, 2019).

Em termos de mudança estrutural no padrão das exportações brasileiras no Mercosul, a estimação do índice de Lawrence revelou que não houve grandes alterações na configuração da pauta exportadora brasileira aos seus pares no Mercosul no período analisado. Contudo, uma

ressalva existe à respeito da relação comercial bilateral entre Brasil e Uruguai, em que o índice de Lawrence reportou seu valor relativamente mais expressivo, como ilustra a Figura 1.

Figura 1: Índice de Lawrence para as exportações do Brasil aos seus pares no Mercosul. 2008 – 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Comtrade (2019).

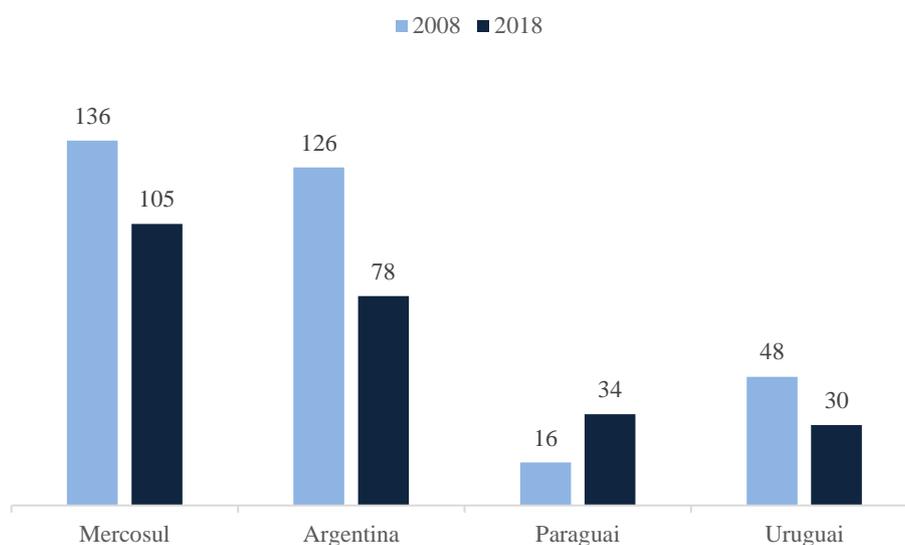
Nota: O índice de Lawrence varia entre zero e um, em que zero (0) indica ausência de mudança e um (1) caracteriza mudança estrutural completa.

A conveniência da análise feita a um nível de desagregação do artigo comercializado possibilitou identificar com maior precisão a natureza dessa mudança mais acentuada no padrão das exportações brasileiras com o Uruguai. Nesse sentido, destaca-se um aporte de mais de 1 bilhão de dólares em 2018, sobre o saldo comercial brasileiro, a concretização dos termos de comércio para o início do fornecimento de um volume significativo de petróleo bruto, do Brasil para esse país. Contudo, o contexto geral das características que identificam a estrutura das exportações na região reflete certa estagnação comercial e até mesmo o fechamento de mercados em alguns casos, demonstrando carência de coordenação e cooperação internacional entre os países envolvidos, e sobretudo deixando-se de usufruir dos ganhos de bem-estar que mercados internacionais mais ativos podem proporcionar.

Passando a examinar as características que refletem um maior grau de integração econômica do Brasil no Mercosul. Estimou-se o índice proposto por Grubel e Lloyd (1975), que examina o fluxo de comércio intraindustrial - situação onde existem trocas simultâneas entre os mesmos setores produtivos. Ou seja, o comércio é resultado sobre tudo de uma troca, muito mais do que apenas compra ou venda, refletindo assim um maior grau de integração econômica entre os setores produtivos analisados.

Assim, destacam-se por uma maior integração econômica os setores produtivos onde o número de artigos comercializados, categorizados de acordo com a CUCI, apresentaram um índice de integração comercial ou comércio intraindustrial superior a 0,7 na aplicação às relações comerciais do Brasil com Argentina, Paraguai, Uruguai e no Mercosul como um todo. A Figura 2 ilustra a alteração nesse número de artigos comercializados, por setores produtivos integrados economicamente, entre 2008 e 2018.

Figura 2: Número de artigos comercializados por setores produtivos integrados economicamente. 2008 – 2018



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Comtrade (2019).

Nota: Número de artigos comercializados, que atingiram um índice Grubel e Lloyd superior a 0,7, em uma escala de zero a um.

Como sugere a Figura 2, o número de artigos comercializados sob tais condições, reduziu no comércio com o Mercosul como um todo, com a Argentina e com o Uruguai. O Paraguai foi o único país em que o grau de comércio intraindustrial apresentou elevação, muito embora, seja o segundo menor fluxo comercial em termos monetários, no bloco econômico. Em termos absolutos, os setores produtivos em que a redução do número de artigos comercializados foi mais aguda, foram o de bens manufaturados, classificados principalmente por materiais e o de químicos e produtos relacionados.

Em termos de participação relativa, nota-se na Tabela 2, que o fluxo de comércio intraindustrial que em 2008, foi responsável por 41% do total do comércio do Brasil no Mercosul, em 2018 passou a representar apenas 11%. Uma perda, em termos monetários, na ordem de 11 bilhões de dólares. Os principais setores produtivos onde ocorreu uma redução no valor do fluxo comercial intraindustrial, ou até mesmo o encerramento das atividades

econômicas no período registrado, foram o de máquinas e equipamentos de transporte e o setor de combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados. Por sua vez, embora o setor de alimentos e animais vivos, bem como o de materiais brutos, não comestíveis, exceto combustíveis, tenham elevado em alguma medida seus níveis de comércio intraindustrial, o fato desses setores produtivos serem caracterizados por atividades de baixa intensidade tecnológica, não minimiza o impacto negativo causado pelo movimento de desintegração econômica do Brasil na região.

A Tabela 2 explicita com maior precisão o volume de recursos que o setor produtivo brasileiro deixou de incorporar à sua atividade produtiva, dado o distanciamento dos interesses comerciais entre os países e a redução de artigos comercializados entre os setores economicamente integrados segundo a medida proposta por Grubel e Lloyd.

Tabela 2: Participação dos setores produtivos no volume de capital gerado na forma de comércio intraindustrial do Brasil no Mercosul. 2008 – 2018.

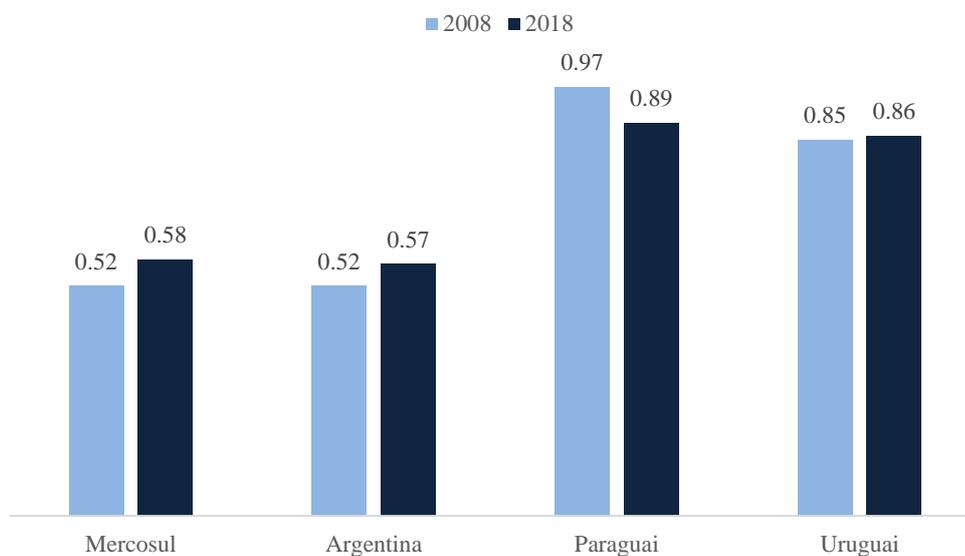
Setor produtivo (CUCI)	2008	(%)	2018	(%)
Bebidas e tabaco	343.849,00	0	-	0
Materiais brutos, não comestíveis, exceto combustíveis	136.031.708,00	1	332.903.872,00	8
Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	2.773.318.828,00	18	464.122.274,00	12
Óleos, gorduras e ceras de animais e vegetais	40.400.793,00	0	1.001.958,00	0
Químicos e produtos relacionados	1.396.191.003,00	9	1.091.388.161,00	27
Bens manufaturados, classificados principalmente por materiais	937.684.969,00	6	428.722.230,00	11
Máquinas e equipamentos de transporte	9.636.212.138,00	64	746.697.913,00	19
Artigos manufaturados diversos	164.764.782,00	1	53.319.567,00	1
Mercadorias e transações não classificadas em outra parte	-	0	-	0
Alimentos e animais vivos	68.401.344,00	0	887.385.458,00	22
TOTAL	15.153.349.414,00	(41)	4.005.541.433,00	(11)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Comtrade (2019)

Nota: Os valores reportados estão expressos em Dólares dos Estados Unidos da América. (FOB).

Observando, ao seu turno, as relações comerciais brasileiras antônimas às caracterizadas pelo fluxo comercial intraindustrial, ou seja, às relações de comércio interindustrial, majoritariamente determinadas ou por exportações ou importações de artigos junto aos seus pares no Mercosul. Percebe-se uma maior predominância de tal característica, sobretudo nas relações comerciais do Brasil com as economias de menor tamanho relativo no bloco econômico, como ilustra a Figura 3.

Figura 3: Índice de Michaely para as relações comerciais do Brasil com seu pares no Mercosul. 2008 – 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Contrade (2019).

Nota: O índice de Michaely varia entre zero (0) e um (1). Em que quanto mais próximo à unidade máxima, maior a discrepância no saldo comercial da transação verificada.

Uma possível causa dessa particularidade, se deve à capacidade produtiva limitada desses países, em comparação ao Brasil, fator que dificulta o processo de integração econômica. A relação comercial com a Argentina demonstra isso, uma vez que, ao contar com uma estrutura produtiva mais desenvolvida e similar à brasileira, ainda que de maneira reduzida, alcança um nível de intercâmbio de bens e serviços mais integrados economicamente. Por exemplo, o setor produtivo de máquinas e equipamentos de transporte que, ao seu tempo, partindo de uma coordenação mais eficiente da produção e venda de veículos automotores entre Brasil e Argentina, consolidou esse importante setor industrial e garantiu à eles, os benefícios gerados pelo comércio não apenas em seus mercados domésticos, mas com expressão relevante na América Latina.

No que tange ao terceiro aspecto das relações comerciais selecionado para esta pesquisa, a análise das vantagens comparativas reveladas do Brasil no comércio internacional com seus pares no Mercosul, por meio da estimação do índice proposto por Balassa (1965). Revelou sobretudo as condições de competitividade do setor produtivo do Brasil na região, e seus efeitos sobre o nível de integração econômica no Mercosul.

A Tabela 3 sugere que o Brasil melhorou substancialmente suas condições de competitividade em diversos setores produtivos. Uma vez que dentre os artigos comercializados pelos setores com maior integração econômica, o Brasil registrou uma elevação nas vantagens comparativas reveladas, de 28 artigos comercializados, em que o índice de Balassa foi superior

a um em 2008, para 67 artigos comercializados entre os diversos setores produtivos que mostraram-se mais integrados em 2018. Contudo, seguindo às recomendações de Balassa (1965), deve-se adotar cautela na interpretação dos resultados reportados pelo indicador econômico e analisar as relações comerciais mais detalhadamente.

Tabela 3: Número de artigos comercializados que atingiram um índice de Balassa (RCA) superior à um, dentre os setores produtivos que apresentaram maior integração econômica (GLi) nas relações comerciais do Brasil no Mercosul. 2008 – 2018.

Mercosul Setor produtivo (CUCI)	2008		2018	
	GLi > 0,7	RCA > 1	GLi > 0,7	RCA > 1
Bebidas e tabaco	1	0	0	0
Materiais brutos, não comestíveis, exceto combustíveis	4	0	8	5
Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	2	0	3	3
Óleos, gorduras e ceras de animais e vegetais	2	1	2	1
Químicos e produtos relacionados	36	9	22	15
Bens manufaturados, classificados principalmente por materiais	32	8	15	8
Máquinas e equipamentos de transporte	26	9	19	10
Artigos manufaturados diversos	20	1	17	13
Mercadorias e transações não classificadas em outra parte	0	0	0	0
Alimentos e animais vivos	13	0	19	12
TOTAL GLi > 0,7	136		105	
TOTAL RCA > 1		28		67

Fonte: Elaborado pelo leitor a partir de Comtrade (2019).

Nota: GLi > 0,7 sugere integração comercial; RCA > 1 indica vantagem comparativa revelada.

Embora o aumento no comércio de artigos em que o Brasil possui uma vantagem comparativa revelada pronunciada, entre os artigos comercializados pelos setores produtivos mais integrados economicamente na região seja claro, como apontou o indicador. Percebe-se que a participação relativa dos artigos em que o Brasil possui vantagem comparativa revelada, elevou-se também, como resultado de uma contração no comércio de artigos dos setores que possuíam maior integração econômica no passado, do que em 2018.

Especificamente o setor produtivo que melhor ilustra esse movimento de afastamento comercial ou, de desintegração econômica dos setores produtivos do Mercosul, aparece na Tabela 3 como sendo o setor de bens manufaturados, classificados principalmente por materiais, onde, apesar da manutenção do comércio de artigos em que o Brasil possui uma vantagem comparativa revelada mais acentuada, o número total de artigos comercializados por esse setor produtivo, reduziu-se quase pela metade no período examinado.

Recapitulando o panorama geral revelado a partir da análise do fluxo de comércio internacional, entre 2008 e 2018, do Brasil no Mercosul, nota-se que uma maior concentração

dos fluxos comerciais entre Brasil e Argentina, a despeito dos demais países que compõe o bloco econômico. No que diz respeito à mudança estrutural no padrão das exportações brasileiras, estas se mostram pouco significativas, salvo o acordo comercial consolidado entre Brasil e Uruguai sobre o petróleo bruto, especificamente.

Quanto ao padrão de especialização comercial. Brasil e Argentina, revelaram certo nível de integração econômica e maior diversificação na produção, ao passo que as relações comerciais do Brasil com Paraguai e Uruguai, mostraram-se mais restritas e especializadas.

As vantagens comparativas reveladas sinalizam por sua vez que houveram ganhos de competitividade por parte dos setores produtivos brasileiros, ainda que haja ocorrido no período da análise uma tendência ao afastamento dos interesses comuns ao comércio internacional, envolvendo os países que compõe o Mercosul. Ademais do momento econômico mundial, as decisões políticas sobretudo, contribuem para o panorama revelado das relações comerciais do Brasil no Mercosul, quanto a integração econômica entre 2008 e 2018.

Dentre os fatores que possivelmente podem ser sinalizados como influenciadores nesse processo de distanciamento das relações comerciais no Mercosul, poderá ser mencionada a priorização sistemática, por parte dos integrantes do bloco econômico, pelo estabelecimento de acordos comerciais bilaterais sem a coordenação do Mercosul enquanto instituição responsável pelos interesses da região. Além de questões exógenas, como crises do desenvolvimento capitalista, ou endógenas, como instabilidade política nos Estados-partes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou examinar as relações comerciais do Brasil com os demais países que compõe a instituição denominada Mercosul. A pergunta fundamental que conduziu o estudo realizado assenta-se sobre a dúvida, quanto ao grau de integração econômica do Brasil no Mercosul.

O caminho percorrido na busca de tal compreensão iniciou na revisão das principais teorias propostas no âmbito do comércio internacional. Elucidando por meio dos diversos modelos econômicos planteados ao longo do tempo, as diferentes possibilidades de obter-se melhorias expressivas nas condições de vida das pessoas por meio do comércio internacional. Examinou-se ainda, estudos que ocupam-se da análise dos efeitos que uma integração econômica mais acentuada, poderão causar sobre os países envolvidos. E mesmo no trato de questões teóricas, buscaram-se exemplos empíricos que aludissem às nuances críveis do comércio internacional.

Assimilada essa etapa, selecionaram-se ferramentas desenvolvidas no campo econômico, que melhor avaliassem as condições de integração econômica do Brasil no Mercosul. As escolhidas foram os índices desenvolvidos por Lawrence (1984), Grubel e Lloyd (1975), Michaely (1962) e Balassa (1965). Que sinalizam respectivamente, ocorrência de mudança estrutural no padrão das exportações, a dimensão do comércio intraindustrial e do comércio interindustrial, e as vantagens comparativas reveladas, nos fluxos de comércio brasileiro no Mercosul entre 2008 e 2018.

Valendo-se de dados secundários sobre exportações e importações, a um nível de desagregação capaz de identificar o artigo comercializado, disponibilizado pela base de dados denominada Comtrade, gerido pelo departamento de assuntos econômicos e sociais das Nações Unidas, conjuntamente com a aplicação da classificação uniforme de comércio internacional, revisão quatro, tornou-se possível uma maior distinção entre os setores produtivos mais sensíveis à aplicação dos indicadores econômicos reservados à esta pesquisa.

Os resultados obtidos parecem afastar-se dos recomendados pela literatura averiguada, para um maior usufruto dos benefícios passíveis de serem alcançados, por meio de mercados mais integrados economicamente. Uma vez que o fluxo de comércio internacional entre o Brasil e as demais economias que compõe o Mercosul, além de baixa expressão no contexto geral do comércio brasileiro, no período analisado, demonstra ter reduzindo-se em termos monetários, tanto em termos absolutos como entre os setores produtivos que possuíam algum nível de integração comercial.

Apesar de existente, a estrutura de programas e ferramentas criadas pelo Mercosul com a finalidade de fomentar o desenvolvimento econômico, parecem não estar retornando resultados expressivos no contexto econômico, debilitando a instituição no que tange a suas funções de promover os interesses dos quatro países na região.

Uma maior conscientização acerca das possibilidades de desenvolvimento derivadas de uma maior cooperação e uma coordenação mais eficiente entre as estruturas produtivas, poderá motivar ações mais incisivas, para a promoção efetiva de acordos que busquem a criação e o desenvolvimento do comércio internacional mais integrado não só no mercado comum já existente, mas também, procurando estabelecer políticas externas que proporcionem ao Mercosul maior poder para negociar com outros países ou blocos econômicos.

Para tanto, tornam-se imprescindíveis cada vez mais estudos que investiguem o comportamento dos mercados no Mercosul, trazendo à tona os principais setores produtivos passíveis de desenvolvimento na região. Elucidando quais cadeias produtivas poderiam gerar mais externalidades positivas, se fossem coordenadas mais eficientemente suas etapas. Procurando integrar a produção dos quatro países, assim aumentando seu poder de negociação internacional enquanto bloco econômico, na busca por novos mercados.

Nesse sentido, uma possibilidade futura seria examinar a estrutura econômica dos setores produtivos que nesta pesquisa demonstraram possuir algum grau de integração econômica e o potencial de formulação de políticas públicas para incentivar o comércio internacional nos setores que já possuem vantagens comparativas.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Carolina Mendoza. La política de integración venezolana: caso Mercosur. **Revista Científica Teorías, Enfoques y Aplicaciones en las Ciencias Sociales**, ISSN-e 1856-9773, Año 4, N°. 7, 2011, p.25-37. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4735315>

AMABLE, B. (2000). **International Specialization and Growth. Structural Change and Economic Dynamics**, 11: 413-431.

ÁNGELIS, J. PORTA, F. (2014) Condições para a integração produtiva no Mercosul: uma análise a partir do estudo dos fluxos de comércio bilaterais – **Perspectivas para integração da América Latina** – cap. 3 pg. 65. **IPEA**. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_persp_intr_america_latina>

ARA, Tomohiro. **Three Essays on “New New” Trade Theory**. Tese de Doutorado. University of New South Wales. 2012.

BALASSA, B. (1965). **Trade Liberalization and Revealed Comparative Advantage**. Manchester School, May 1965.

BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos. **Mercosul: então e agora**. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/28383>>

BENDER, S. & LEE, K-H. (2002). **The Changing Trade and Revealed Comparative Advantages of Asian and Latin American Manufacture Exports**. Yale University, Economic Growth Center, 26 p.

BÊRNI, Duílio. A. **Técnicas de Pesquisa em Economia: Transformando curiosidade e conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2002. 408p.

CANUTO, O. XAVIER, C.L. Padrões de especialização e competitividade no comércio exterior brasileiro: Uma análise estrutural-diferencial. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, n. 97, Set./Dez. 1999

CARBAUGH, R.J. **Economia Internacional**. São Paulo: Thomson, 2004.

CAVES, R. E., FRANKEL, J. A. JONES, R. W. **Economia Internacional: comércio e transações globais**. São Paulo: Saraiva, 2001. 598p.

CIURIAK, Dan et al. **Firms in International Trade: Trade Policy Implications of the New New Trade Theory**. **Global Policy**, v. 6, n. 2, p. 130-140, 2015.

COMTRADE, 2019 < <https://comtrade.un.org/data/>>

DÍAZ MORA (2001). **El Impacto Comercial de la Integración Económica Europea. Periodo 1985- 1996**. Madrid, Consejo Económico y Social, 314 p. (Colección Estudios, 114).

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 567p.

GARCIA, Luís Alberto Ferreira; FERREIRA FILHO, Joaquim Bento de Souza. Economias de escala na produção de frangos de corte no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, n. 3, p. 465-483, 2005.

GIL, Antônio. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2002. 221p.

GRUBEL, H. & LLOYD, P. J. (1975). **Intra-industry Trade. The Theory and Measurement of International Trade in Differentiated Products**. London, Mac Millan.

HELLER, Heinz. R. **Comércio Internacional: Teoria e Evidência Empírica**. São Paulo: Atlas, 1978. 248p.

HUME, David. (1983) Escritos sobre economia. Trad. de Sara Albieri. **Os Economistas: Petty/Hume/Quesnay**, v. 2, p. 181-244, 1983.

KRUGMAN, P.R, OBSTFELD, M., MELITZ, M. J. **Economia Internacional**. 10. ed. São Paulo: PEARSON, 2015. 595p.

KRUGMAN, Paul. R. OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional – Teoria e Política**.5. ed. São Paulo: MAKRON Books, 2001. 797p.

KUME, Honório; PIANI, Guida. ALCA: uma estimativa do impacto no comércio bilateral Brasil-Estados Unidos. **IPEA-Textos para discussão n.1058**. dez.2004.

LAWRENCE (1984) Sapir, A. 1996. **The Effects of Europe's Internal Market Program on Production and trade: A First Assessment**. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 132(3): 457-475.

LEDERMAN, D., OLARREAGA, M. & RUBIANO, E. **Trade Specialization in Latin America: The Impact of China and India** .*Rev World Econ* (2008) 144: 248. <https://doi.org/10.1007/s10290-008-0146-z>

MAIA, J.M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 492p.

MARCONI, Marina. A. LAKATOS, Eva. M. **Fundamentos de metodologia científica**.6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 315p.

MATTOS, Fernanda Martinez de. **Mudanças na estrutura das relações comerciais do Brasil: uma análise do comércio Brasil-China sob a ótica do teorema Heckscher-Ohlin**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

MERCOSUL, 2018. **Página Principal / Saiba mais sobre o MERCOSUL**. Disponível em <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>> Acesso em: 20 abril 2018.

MICHAELY, M. (1962). **Multilateral balancing in International Trade**. *American Economic Review*, v. 52: 658-702.

MOLINARI, Andrea. DE ANGELIS, Jesica. **Especialización y complementación productiva en el MERCOSUR un enfoque de cadenas productivas de valor**. Universidad de Buenos Aires, 2016

SECEM, 2019 < <https://estadisticas.mercosur.int/>> acesso em: Outono, 2019

VAN MEERHAE GHE, Marcel Alfons Gilbert. **Economia internacional**. Atlas, 1976.